



1935 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

GOVERNANÇA E REDES POLÍTICAS EM EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O ESTADO DO RS

Maria de Fátima Cossio - UFPel - Universidade Federal de Pelotas
Susana Schneid Scherer - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Este estudo investiga os principais entes privados que atuam nas redes de educação municipais e estadual do Rio Grande do Sul (RS), a fim de desvelar desdobramentos sobre a educação pública através do mapeamento da forma de atuação destes entes e as redes de relações que estabelecem. Com base na abordagem de etnografia de redes de Stephen Ball, usaram-se como fontes diferentes sites, materiais e documentos *online* na busca de mapear os entes privados atuantes na educação pública do Estado. Compreende-se que tal discussão se encaixa no quadro da governança que se manifesta, entre outros modos, pelas parcerias público-privadas, e que vem sendo promovida dentro das estratégias do programa neoliberal, como novas formas de privatização e abertura de mercados para o setor privado.

GOVERNANÇA E REDES POLÍTICAS EM EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O ESTADO DO RS

Resumo:

Este estudo investiga os principais entes privados que atuam nas redes de educação municipais e estadual do Rio Grande do Sul (RS), a fim de desvelar desdobramentos sobre a educação pública através do mapeamento da forma de atuação destes entes e as redes de relações que estabelecem. Com base na abordagem de etnografia de redes de Stephen Ball, que prevê um aprofundamento dos dados investigativos com a coleta de informações virtuais, usaram-se como fontes diferentes sites, materiais e documentos *online* na busca de mapear os entes privados atuantes na educação pública do Estado. Compreende-se que tal discussão se encaixa no quadro da governança que se manifesta, entre outros modos, pelas parcerias público-privadas, e que vem sendo promovida dentro das estratégias do programa neoliberal, como novas formas de privatização e abertura de mercados para o setor privado.

Palavras-Chave: Educação pública; Neoliberalismo; Parcerias Público-Privadas; Redes Políticas.

Introdução

Este estudo visa investigar os principais entes privados atuantes no Estado do Rio Grande do Sul (RS). A inserção de organizações não estatais no setor público ocorre por meio do que se tem nomeado como Parcerias Público-Privadas (PPPs) na educação (PPPEs).

Depreende-se que as PPPs manifestam novas relações que se estabelecem entre Estado, mercado e sociedade civil, especialmente, através da concepção de governança que constitui redes políticas de transferência e influências as quais têm nas PPPs uma de suas formas basilares de materialização (CÓSSIO, 2015). Dessa maneira, compreende-se ser essencial refletir acerca das redes políticas que se organizam em torno das instituições públicas, sobretudo, no que refere às implicações na educação pública.

No plano geral, as PPPs ganham espaço no contexto do discurso de ineficiência do Estado, no qual o setor privado é buscado como "parceiro" do setor público em diferentes formas de conveniamentos educacionais com a finalidade de indicar caminhos potenciais para melhorar a eficiência e eficácia do desempenho da máquina pública. Assim sendo, as PPPs passam a ser corresponsáveis na execução das políticas sociais, de modo que o Estado se reorganiza para priorizar o controle dos processos enquanto que diferentes tipos de "organizações sociais" (OS), representadas por fundações e institutos privados, com ou sem fins lucrativos, adentram na esfera da definição, organização e implementação das políticas sociais, a partir de recursos majoritariamente públicos.

Tendo como pano de fundo tais discussões, esta pesquisa se propôs, em uma primeira etapa, a investigar as instituições privadas contratadas pelos sistemas públicos (estaduais e municipais) de educação no Estado do RS para prestar diferentes serviços, mapeando aquelas mais recorrentes no cenário local. A partir deste levantamento, na segunda etapa, se tem como objetivo aprofundar o estudo sobre a governança e, especialmente, sobre as redes políticas de transferência e influência que se configuram e influenciam nas decisões e ações educacionais.

Governança e globalização

Por globalização se entende o movimento com vista ao aprofundamento da integração internacional econômica, social, cultural e política, impulsionado a partir do final do século XX e início do século XXI. Para Shiroma (2016) como produto desse processo, são entrelaçados variados níveis de poder, de influência, de pressão e de ofertas, os quais as nações precisam responder coletivamente dentro de espaços supranacionais - como reuniões da Organização das Nações Unidas (ONU), Fóruns como o Fórum Econômico Mundial de Davos, Cúpulas das Américas, Parlamento Europeu, reuniões do G8 ou do G20, etc - que ganham importância estratégica em busca de organizar as políticas nacionais dentro de um projeto de "governança" mundial, no lugar de políticas estritas a cada Estado-Nação.

No âmbito das orientações desse programa global, a concepção de governança se legitima não só entre países, mas dentro de cada país, e nas relações entre Estado, mercado e sociedade civil. Como explicita Cossio (2015), é uma visão que emerge para sumarizar o surgimento de

influências e de transformações significativas supranacionais sobre os Estados e em nível das implicações dessas configurações em áreas tradicionalmente consideradas prioritárias de atuação e responsabilidade do Estado.

Segundo Reis (2013), o termo governança é a tradução portuguesa do inglês *governance*, primeiramente usada por Ronald Coase, em 1937, enquanto dispositivo adotado pelas empresas para reduzir os custos de transação, resultantes da coordenação econômica. Mas, é em 1975 que o conceito *governance* se formaliza com o trabalho do economista americano Oliver E. Williamson, *Markets and Hierarchies: Analysis and Antitrust Implications*, voltado ao estudo da governança dentro das empresas. A partir deste uso do termo *agovernance* difunde-se e se direciona à problemática da coordenação, diferenciando-se do conceito de governabilidade que tem como objeto de estudo a arquitetura institucional de um dado sistema jurídico-político.

Nesta linha, governança alude um conceito mais aberto e distintivo, na medida em que se refere aos padrões de articulação e cooperação entre os atores e os arranjos institucionais que coordenam os sistemas sociais. Relaciona-se:

[...]a problemática da coordenação, enquanto *regulação* aparece associada à variabilidade e à reprodução de um dado sistema social. Mais especificamente, *governança* traduz o modo de coordenação dos diferentes tipos de *arranjos institucionais* presentes num dado sistema social de produção – mercados, hierarquias, Estado, redes, associações e comunidades, cujas ordens relacionais, diversas e parciais, configuram uma dada forma institucional dominante ou prevalecente (REIS, 2013, p.107).

Conforme Robertson (2012), na década de 1990 o Consenso de Washington foi largamente considerado uma “marca danificada”, não apenas pela oposição ideológica que havia gerado, mas em virtude de crescentes evidências sobre as duas décadas de políticas neoliberais que reforçaram a pobreza e a desigualdade mundial. O caminho almejado para seguir em frente foi o de promover a “boa governança” – conhecida como o “pós-Consenso de Washington” (p.284).

O economista presidente do Banco Mundial, John Williamson, preludiu as diretrizes para o trabalho em sentido de um “Consenso pós-Washington”, principalmente revisando a concepção de Estado mínimo com o objetivo de promover novas formas e funções de governação na contemporaneidade econômico-produtiva (SHIROMA; EVANGELISTA, 2012). Com isso, os desígnios do Consenso de Washington foram reabilitados e expandidos “para incluir uma série de reformas adicionais com a rubrica da “boa governança”: extensivas reformas na administração pública, PPPs, a eliminação de barreiras comerciais e uma nova leva de acordos no mercado internacional” (ROBERTSON, 2012, p.287).

Em 1991, o Banco Mundial (BM), uma das figuras centrais na promoção do Consenso de Washington, publicou o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (RDM), com o intuito de compilar suas perspectivas, o que no ano seguinte, em 1992, adensou com apoio do documento *Governance and Development* (BM, 1992) em que estabeleceu a forma pela qual as reformas estruturais deveriam ser conduzidas através da governança (*governance*) como categoria chave.

Neste documento, o BM (1992) assinala que “governança é definida como a maneira pela qual o poder é exercido na administração de recursos sociais e econômicos para o desenvolvimento de um país. Boa governança, para o Banco Mundial, é sinônimo de boas condições de gestão de desenvolvimento”^[1] (p.1). Assim,

Boa governação é fundamental para criar e manter um ambiente que fomente o desenvolvimento forte e equitativo, e é um complemento essencial para políticas econômicas sólidas. Os governos desempenham um papel fundamental na provisão de bens públicos. Eles estabelecem as regras que fazem os mercados trabalhar de forma eficiente e, mais problemáticamente, eles corrigem as falhas do mercado. Para desempenhar esse papel, eles precisam de receita, e agentes para coletar receitas e produzir os bens públicos. Isso, por sua vez, requer sistemas de prestação de contas, informação adequada e confiável, e eficiência na gestão de recursos e na prestação de serviços públicos^[2] (BM, 1992, p.2).

Para dar vazão à governança o BM (1992) ressalta quatro áreas estratégicas: (1ª) Gestão do setor público; (2ª) Responsabilização (*accountability*), em sentido de um sistema de prestação de contas impresso sobre os governantes e funcionários públicos; (3ª) Legislações para sustentar o desenvolvimento perseguido e possibilitar um ambiente econômico estável e potencial para os agentes econômicos avaliarem oportunidades e riscos de investimentos; e (4ª) Informação (sobre a economia, condições de mercado, pressupostos e políticas governamentais) e transparência (a fim de diminuir as possibilidades de corrupção em seu nível mínimo).

Dessa maneira, o conceito de governança dá suporte às alterações do papel do Estado em escala global, exprimindo procedimentos e práticas governamentais relevantes ao processo decisório. As articulações público-privadas erigem visando a formulação de políticas ou ainda em sentido da abertura, ora maior ora menor, para a participação dos setores interessados ou de distintas esferas de poder.

Procopiuck e Frey (2008) consideram que a aceção de governança, por um lado, traz vantagens por ampliar o escopo de análise de uma diversidade de processos sociais, contudo, noutro sentido, o uso do conceito tem-se mostrado problemático por também ser utilizado para transmitir configurações amplas de relações organizacionais, nacionais e até mesmo internacionais entre Estado, sociedade civil e mercado, que refletem nas políticas de governo e, se desdobram, inclusive, na promoção da ordem social. Deste modo, os autores chamam a atenção para a necessidade de se refletir sobre a função da gestão pública no contexto da lógica de governança vigente, especialmente, a respeito do papel estatal como “agente político e estratégico em busca de níveis satisfatórios de governabilidade e de resultados mediante articulações de atores em redes” (p.13), já que conforme os rumos tomados se produzem determinados efeitos sobre a sociedade.

Redes sociais e políticas educacionais

Para Shiroma (2016) a lógica de governança constitui redes, o que ela concebe como redes de governança, que – reunindo Organismos Multilaterais (OM), governos nacionais, organizações não-governamentais (ONGs), *think tanks* e grupos de interesse, consultores, empreendedores sociais e corporações transnacionais - acolhem “aparelhos privados de hegemonia que se aninham em teias de relações ampliando sua possibilidade de impacto e influência, conferindo autoridade e legitimidade a questões globais, ainda que com interesses políticos e econômicos não explícitos” (p.88).

Shiroma (2016) alerta para o fato de as redes de governança visarem “a produção de consenso” (p.70), com vista à hegemonização do projeto social do qual fazem parte. A autora assinala que as redes se apresentam como vias rápidas para a transferência e a proliferação do

programa defendido por essa corrente, permitindo-lhes ser “verdadeiros intelectuais orgânicos do capital, atuando na circulação de idéias e produção de sentidos” (p.68).

Lopes e Baldi (2009) destacam a pertinência de uma análise contextualizada sobre as redes sociais, a qual considere, não apenas os aspectos estruturais e processuais, e sim, a realidade social, política e econômica e a historicidade abrangida nessas relações. Isso implica em observar os efeitos que a adoção desse tipo de estrutura em rede pode gerar a partir do exame dos diferentes indicadores que a constituem, em relação aos atores envolvidos, aos recursos que esses atores dispõem, as posições que eles ocupam e aos objetivos que são estabelecidos.

Em seus estudos Ball (2014) tem usado a concepção de redes para analisar as políticas educacionais de duas formas diferentes, porém relacionadas, como base conceitual e como categoria metodológica.

Redes como dispositivo conceitual se articula a concepção de governança em rede, no quadro do programa neoliberal, enquanto meio de criação de novas oportunidades de lucro através relações e interações, e a partir das quais “ideias, discursos, dinheiro e pessoas se movem por meio delas” (BALL, 2014, p.19). Deste modo, as redes políticas, no contexto da perspectiva neoliberal, expressam um tipo de “social” novo, envolvendo tipos específicos de relações sociais, de fluxos e de movimentos, que permitem espaço para novas vozes dentro do discurso de políticas que promovem novas narrativas para orientar as políticas.

O conceito de redes como método e técnica analítica visa contemplar a estrutura das comunidades políticas e alguns aspectos visíveis nas relações sociais que são estabelecidas através de um modelo de “etnografia de rede” que busca realizar “um mapeamento da forma e do conteúdo das relações políticas em um campo particular, uma variação que Bervir e Rhodes (2006) apresentam como “análises etnográficas de governança em ação” (BALL, 2014, p.28). Segundo o autor, a abordagem etnográfica busca suplantiar o método de análise de redes, que ao focar um esboço abrangente pouco atenta para os detalhes. Para tal, são utilizadas novas formas de dados, emanadas pela comunicação virtual e eletrônica, que permitem o acesso mais amplo e mais rico das relações sociais em redes, do que possibilitam os dados terrestres.

Na pesquisa em realização, tendo como objetivo mapear os entes privados envolvidos em PPPs com o sistema público de educação do Estado do RS se adotou o método de etnografia de rede. Sendo o *lôcus* de pesquisa as atividades junto às redes públicas educacionais municipais e estadual. Para a busca nos municípios se usou o mapeamento da Secretaria de Educação (SECUD/RS), que agrupa as 497 cidades gaúchas em 36 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs).

Para o levantamento das PPPs educacionais se usou diferentes combinações de termos tais como programa, projeto, formação, convênio, entre outros, adicionados ao nome de cada município. Como instrumentos de pesquisa se contemplaram os *sites* de entidades representativas dos Secretários de Educação (Municipais e Estadual), dos Conselhos de Educação, das Secretarias de Educação, materiais na imprensa, e de empresas consultoras, vídeos promocionais, *Power Points*, páginas do *Facebook*, *blogs*, entrevistas com sujeitos e falas em eventos, etc.

Uma vez realizado o levantamento sobre as PPPs nas redes escolares se mapeou as instituições, com ou sem fins lucrativos, mais recorrentes. Na fase de aprofundamento, vem-se buscando cotejar as incidências e construir categorias explicativas para analisar as PPPs prevalentes na educação no estado do RS. Para isso, adota-se como base o quadro de propriedades de redes, organizado por Tichy, Tuschman e Fombrum, e apresentado por Lopes e Bali (2009) que prevê uma série de elementos em diferentes níveis, tais como: o conteúdo transacional (relação entre os atores sociais); a natureza das ligações (a natureza qualitativa e a força das relações); e as características estruturais (padrão geral de relacionamento entre os atores do sistema).

Redes políticas e PPPs: O estudo no Estado do RS

A partir da realidade vivenciada em solo inglês sob a égide neoliberal, Robertson (2012) e Robertson e Verger (2012) reconhecem as PPPs como ferramentas de governança que traduzem formas atuais de privatização na e da educação. Para esses pesquisadores, a estrutura da governança, materializada pelas PPPs, tende a substituir as privatizações, à medida que, no lugar da alteração da natureza jurídica, reorientam a natureza e as prioridades das ações públicas a serviço da racionalidade privada. Com isso, tem-se uma aparente mudança na correlação de forças para algumas lutas, como por exemplo, verbas públicas para instituições públicas, além do esvaziamento dos sentidos político-sociais dos bens públicos, que se inclinam às predileções do setor privado em busca de novos espaços de mercado.

No Brasil, os estudos de Peroni (2013), desde 1990, vêm destacando as PPPs como “uma das principais formas de relação entre o público e privado” (p.7). Na educação nacional, Adrião e Peroni (2009) ilustram que se observam distintos tipos de PPPs, tais como a compra de material apostilado (ADRIÃO et al, 2009) e a adoção de sistemas de gestão elaborados por instituições com ou sem fins lucrativos (PERONI; CAETANO, 2012), etc, que ganham espaço, sobretudo, no âmbito dos municípios, tendo em vista as dificuldades político-administrativas enfrentadas por essas esferas.

No amplo estudo realizado por Adrião et al (2009) sobre a adoção de sistema apostilados de educação no Estado de São Paulo, com dados obtidos diretamente de representantes de gestores municipais ou de secretarias municipais de educação dos 645 municípios paulistas, 161 dos municípios informaram adotar ou já ter adquirido, no período 1994 e 2006, tal tipo de material. Sendo que, em 2007, 154 dos municípios paulistas manifestaram ainda manter essa forma de convênio. A pesquisa chama a atenção para o fato da maioria dos municípios declarantes de adotarem sistemas apostilados serem, em sua maioria, de pequeno porte e que, na década de 1990, assumiram responsabilidades para com a oferta do nível obrigatório de ensino, para as quais, provavelmente, não estavam preparados. Assim, estes municípios, diante de condições mais adversas, do ponto de vista político e operacional para a oferta educacional, apresentam-se mais permeáveis à pressão das empresas privadas, tendo em vista que a constituição da esfera pública em tais situações tende a ser mais frágil, aproximando-se o privado do público de maneira mais cotidiana e informal.

Peroni e Caetano (2012), por sua vez, apresentam reflexões sobre uma pesquisa nacional a respeito do Instituto Ayrton Senna (IAS), que foi escolhido pela importância de sua atuação nas redes públicas de ensino no território nacional. A investigação contou com o apoio de dez grupos de estudo, de diferentes regiões do país. Foram eles: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Pará, Piauí e Rio Grande do Norte. Ao cotejar as fontes coletadas na realidade dos sistemas de ensino e de escolas com os materiais *online* do IAS o relatório da pesquisa constatou o modo de desenvolvimento da atuação do IAS, agindo,

[...]tanto no âmbito do sistema quanto da escola, em contextos completamente diferentes, como, por exemplo, em escolas de fronteira com a Bolívia, em Cáceres/MT, escolas indígenas, em Altamira/PA, ou escolas no interior de São Paulo ou do Rio Grande do Sul, isto é, com situações completamente diferentes e um mesmo material padronizado para todo o país (PERONI; CAETANO, 2012, p.63).

A atividade do IAS ilustra sua postura no âmbito local e no plano macrosocial, uma vez que é extensa e poderosa sua participação em uma

diversidade de redes políticas, com outros entes privados e setores públicos, o que o dá suporte para ser um sujeito potencial no direcionamento da educação pública nacional.

No mapeamento da primeira etapa da pesquisa sobre as PPPs em educação nas redes públicas do RS foram identificados cinco entes privados com maior inserção nas 36 CREs e presença nos 497 municípios gaúchos, quais sejam: Instituto Natura, Instituto Ayrton Senna (IAS), Federação Nacional das Associações do Banco do Brasil (FENABB), Fundação do Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) e a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA).

Destas cinco entidades apenas a FENABB não foi verificada como sendo uma OSCIP. Instituída pela Lei 9.790, de 1999, que ficou conhecida como a Lei do Terceiro Setor, a figura das Organizações Sociais da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) condicionou o estabelecimento dos Termos de Parceria como instrumento para as PPPs no país enquanto desdobramento da Emenda Constitucional nº 19, de 1998 que introduziu mecanismos para outros órgãos, que não o Estado, atuarem na provisão pública.

O Instituto Natura foi encontrado em 12 CREs e 62 cidades, por meio do programa educacional "Trilhas". Seus *site* (INSTITUTO NATURA, 2017) evidencia que a criação desta OSCIP aconteceu em 2010 visando o fortalecimento e ampliação de sua atuação na esfera da educação, para isso, é mantido um trabalho institucional em parceria com as Fundações Lemann, Itaú Social, Telefônica Vivo, dando mostras de articulação em rede. O Programa "Trilhas" é voltado a apoiar professoras/es que atuam no Ensino Fundamental, com crianças de 04 a 06 anos, oferecendo-lhes um kit de cadernos de orientação aos docentes e também indicações literárias, jogos de linguagem e cartelas para atividades.

O IAS apareceu em 20 cidades e 12 CREs, através de quatro diferentes projetos e ações educacionais: os Projetos de alfabetização "Se Liga" e "Acelera", o "Comitê Gestor de Soluções educacionais" e o seu mais recente projeto "Letramento em Programação Digital". Atuante há 22 anos no Brasil com ações voltadas para a educação integral e a alfabetização de crianças e jovens no Ensino médio, o instituto obteve em 2004 o título de *OSCIP* para mediar PPPs no país (IAS, 2017).

Nas informações do Programa "Letramento em Programação Digital" do IAS, foi possível identificar suas atividades dentro do Programa "AABB Comunidade" da FENABB. Este programa tem o objetivo de promover o desenvolvimento integral dos estudantes de escolas públicas, a fim de favorecer a inclusão sócio-produtiva e ampliar a consciência cidadã (AABB COMUNIDADE, 2017).

No site da FENABB é possível acompanhar os diversos programas oferecidos pela Federação, que compreendem as áreas esportiva, financeira, sociocultural, socioeducativa, até uma plataforma de Educação a Distância. Diversos convênios e contratos são apresentados pela federação como sendo mantidos em nível nacional, como por exemplo: Banco Votorantim; Grêmio TAM; MAPFRE Seguros. Também é apresentada uma série de parceiros que assessoraram a federação na promoção de suas ações: na dimensão financeira, o Bancobrás, operador de Agência de Viagens e Turismo, Consórcios, Seguros, e seu Instituto social (cidadania, educação, meio ambiente, esporte e qualidade de vida), além da empresa de empréstimo pessoal Cooperforte; na área da saúde, a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (CASSI) - autogestionária de convênios de saúde do Banco do Brasil -; na esfera esportiva, a loja de varejo de equipamento, acessórios e artigos A Esportiva, e a empresa *GreenVision*, fabricante de grama artificial e construtora de quadras. Em relação à *GreenVision*, constatou-se parcerias com a PETROBRÁS, Coca Cola e Vivo Telefonía.

Encontrou-se a organização Sicredi inserida nas escolas gaúchas a partir dos programas "A União faz a vida", e "Educação Financeira" em parceria com o Banco Central. O SICREDI (2017) é a marca assumida desde 1992 do primeiro Banco cooperativo privado do Brasil, que, nascido no Estado do RS, atualmente tem abrangência nacional. Sua fundação foi legitimada em 2010 como OSCIP e passou daí em diante a poder estabelecer termos de parcerias com o setor público. No histórico *online* do grupo bancário são destacadas as parcerias, em 2010 com o *Rabo Financial Institutions Development*, braço de desenvolvimento do grupo holandês RABOBANK, sistema de crédito cooperativo presente em 40 países; e no ano seguinte, de 2011, o convênio com a *International Finance Corporation* (IFC), organização parte do Grupo Banco Mundial, que investe no setor privado dos países em desenvolvimento.

A AFUBRA (2017) insere-se na educação a partir do programa "Verde é Vida", desenvolvido nos estados do sul do país (RS, SC e PR). A instituição distribui mudas nativas, sendo que o programa "Verde é Vida" direciona-se à educação socioambiental por meio da preservação do ambiente, educação no meio rural, sustentabilidade, diversificação e valorização dos agricultores.

Na sua página oficial, a AFUBRA apresenta parcerias com diversas entidades do ramo fumageiro tais como: Internacional Tabacco Growers Association (ITGA); Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), bem como Conselhos Regionais Municipais relacionados à área fumageira. Na esfera educacional e ambiental são desenvolvidos programas como o "Bolsa de Sementes", uma parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); o Projeto "O Futuro é Agora", atualmente chamado de "Instituto Crescer Legal", coordenado pelo Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SINDITABACO) e empresas associadas ao ramo com o intuito de apoiar e incentivar jovens na produção de fumo.

Após a identificação dos principais programas e projetos realizados por estas cinco instituições em parceria com as redes públicas, processou-se a localização de parceiros privados que atuam em colaboração permanente ou eventual com cada um deles. O objetivo deste momento é o de visualizar as redes políticas, os parceiros mais recorrentes e os níveis de intensidade em que atuam. Ao realizar este mapeamento, observou-se o IAS como os entes com maior número de parceiros e maior inserção nas redes escolares, seguido prontamente do Instituto Natura.

O IAS e a Fundação Natura, são duas exponentes entidades na educação brasileira, sendo sua atuação evidenciada em seus sites institucionais elucubrando diferentes espaços políticos em que atuam como o "Todos pela Educação" (TPE, 2018), movimento em que se inserem diversas organizações privadas e que desde 2014 se tornou uma OSCIP; e, mais recentemente, o Movimento pela Base (2018) que tem como orientação a promulgação de uma Base Nacional Curricular Comum (BNCC) para as escolas brasileiras, e que se encontra em início de implantação no Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Para adensamento da análise das redes, após localizar os principais parceiros de cada ente situados na primeira etapa da pesquisa, adaptaram-se as propriedades de rede, sugeridas por Tichy e colaboradores (1979, p. 508), e citadas por Lopes e Baldi (2009), buscando contemplar a diversidade de esferas dessas relações, tais que a natureza das ligações, observando questões de conteúdo, intensidade, reciprocidade, clareza, multiplexidade; e características estruturais como tamanho, densidade, *clustering* e centralidade. Com apoio destes elementos cada ente está sendo analisado em relação aos itens destacados, para posteriormente serem cotejados entre si, procurando verificar se possuem parceiros em comum, objetivos e intencionalidades que se aproximam e em que e como se diferem e distanciam. De posse destas informações se visa esquematizar as redes com o uso do programa Nodel-X, que possibilita este fim.

Conclusão

Parte-se do pressuposto de que o atual modelo de globalização cria as bases para novas relações entre Estado, Mercado e Sociedade civil,

reconfigurando o papel do Estado em favor de princípios da governança, o que significa, entre outras características, a permeabilidade do Estado a parcerias com setores e atores privados, com ou sem fins lucrativos, sobretudo na formulação e execução de políticas públicas, com impactos importantes nos setores sociais e, neste caso, na educação.

A especificidade deste estudo propõe investigar o fenômeno das parcerias público-privadas em educação no Estado do RS. Para tanto, realizou-se o levantamento das parcerias firmadas entre as redes públicas do Estado do RS e entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, e a constatação daquelas que despontaram com maior evidência pela abrangência geográfica e regiões educacionais. Posteriormente, iniciou-se o estudo mais detido sobre cada uma das entidades, com o intuito de identificar seus objetivos, programas e parceiros que formam as redes políticas.

Com subsídio da metodologia de etnografia de rede (BALL, 2014), que permite a utilização de diferentes dados disponíveis de forma digital, a análise é tanto favorecida e ao mesmo tempo complexificada, na medida em que são fontes diversificadas e informações difusas. Mesmo que não tenha se chegado ao ponto final da pesquisa em que se objetiva sistematizar os dados coletados sobre as redes no programa Nodel-X, já que ainda estão sendo coletados elementos acerca das propriedades de redes, é possível se apontar algumas importantes constatações.

Puderam-se identificar vários parceiros do IAS, e a partir disso embasar o aprofundamento programático e relacional deste ente. Identificou-se a articulação entre o IAS e a FENABB, mas é preciso verificar outras ramificações. Quanto às demais entidades destacadas o estudo está em fase inicial, mas em todos se evidenciou a intenção de promover alguns princípios vinculados à lógica empresarial, direta ou indiretamente, quer seja pelo conteúdo do próprio programa, como é o caso do SICREDI, por meio da educação financeira, quer seja pela ênfase na lógica do reforço escolar e em conteúdos mínimos entendidos como necessários ao processo produtivo, como os casos do Instituto Natura, FENABB e do IAS. A AFUBRA, por sua vez, busca compensar os males provocados pelo fumo através de atividades de educação ambiental.

Em que pese esta pesquisa não esteja concluída, é possível considerar que pela precariedade da rede escolar estadual e, em boa medida das redes municipais, por timidez dos investimentos, as PPPs consistem em alternativa às gestões das escolas para a manutenção estrutural e pedagógica. Além disso, pelo levantamento da abrangência das PPPs no Estado do RS, pela inserção dos seus programas na gestão, currículo e práticas escolares, e pelas redes que cada entidade forma com outros parceiros privados, se pode inferir que os sentidos e princípios da educação pública estão sendo fortemente reorientados.

Referências:

AABB COMUNIDADE, Site institucional. Disponível em: <http://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br.html>. Acesso em 30/10/2017.

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera Maria V. A educação pública e sua relação com o setor privado: Implicações para a democracia educacional. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 107-116, jan./jun. 2009.

_____. *et al.* Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de "sistemas de ensino" por municípios paulistas. **Educação & Sociedade**. Campinas/ Brasil, v. 30, n. 108, outubro, 2009, p. 799-818.

AFUBRA. Site institucional. Disponível em: <https://afubra.com.br>. Acesso em 30/10/2017.

BALL, Stephen. **Educação global S.A.**: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. 2014.

CÓSSIO, Maria de Fátima. Agenda transnacional e governança nacional: as possíveis implicações na formação e no trabalho docente. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.13, n.04, out/dez, 2015, p. 616 – 640.

INSTITUTO NATURA. Site institucional. Disponível em: <http://www.institutonatura.org.br>. Acesso em 30/10/2017.

IAS, Instituto Ayrton Senna. Site institucional. Disponível em: <http://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br.html>. Acesso em 30/10/2017.

LOPES, Fernando Dias; BALDI, Mariana. Redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança: uma análise das diferentes contribuições. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, n. 43, v. 5, set/out, 2009, p. 1007-1035.

MOVIMENTO PELA BASE. Site institucional. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/>. Acesso em 10/04/2018.

PERONI, Vera; CAETANO, Maria Raquel. Redefinições no papel do Estado: Terceira Via, Neodesenvolvimentismo e parcerias pulico-privadas na educação. **Revista da FAEBA**, Educação e Contemporaneidade. Salvador, v. 21, n. 38, jul/dez, 2012, p. 57-67.

PERONI, Vera Maria. Redefinições no papel do Estado: parcerias público-privadas e a democratização da educação. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 21, n. 47, 2013.

PROCOPIUCK, Mario; FREY, Klaus. Governança e redes em políticas de caráter público. **Anais... ENAPG**, Encontro de Administração pública e governança. Salvador/BA, 2008, p. 1-15.

REIS, Isaura. Governança e regulação da educação: Perspectivas e conceitos. **Educação, Sociedade & Culturas**, nº 39, 2013, p. 101-118.

ROBERTSON, Susan. A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial **Revista Brasileira de Educação**, v. 17 n. 50 maio/ago, 2012, p. 283-302.

_____; VERGER, Antoni. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out-dez, 2012.

SHIROMA, Eneida. Redes de políticas públicas e governança da educação: pesquisando a convergência das políticas para docentes nas agendas para a próxima década. Relatório de pesquisa, Florianópolis, UFSC, 2016.

_____. EVANGELISTA, Olinda. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.4, n.11, p.21-38, mai./ago, 2014.

SICREDI, Site institucional. Disponível: <https://www.sicredi.com.br>. Acesso em 30/10/2017.

TPE, Todos pela Educação. Site institucional. Disponível: <http://www.todospelaeducacao.org.br>. Acesso em 10/04/2018.

WB, WORD BANK. **Governance and Development**. Washington/D.C, Abril, 1992.

[1]"[...] governance is defined as the manner in which power is exercised in the management of a county's economic and social resources for development. Good governance, for the World Bank, is synonymous with sound development management" (WB, 1992, p.1).

[2]"Good governance is central to creating and sustaining an environment which fosters strong and equitable development, and it is an essential complement to sound economic policies. Governments play a key role in the provision of public goods. They establish the rules that make markets work efficiently and, more problematically, they correct for market failure. In order to play this role, they need revenues, and agents to collect revenues and produce the public goods. This in turn requires systems of accountability, adequate and reliable information, and efficiency in resource management and the delivery of public services" (WB, 1992, p.2).